



GEDES

Grupo de Estudos de Defesa
e Segurança Internacional

OBSERVATÓRIO SUL-AMERICANO DE DEFESA E FORÇAS ARMADAS

INFORME BRASIL Nº 03/2018
Período: 17/02/2018 – 23/02/2018

GEDES – UNESP

- 1- Intervenção federal no estado do Rio de Janeiro I
- 2- Intervenção federal no estado do Rio de Janeiro II
- 3- Editorial comentou pedido de desarquivamento de caso ocorrido durante o regime militar
- 4- Flexibilização do Estatuto de Armamento pode beneficiar fabricante de armas
- 5- Afastamento de transexuais das Forças Armadas
- 6- Procurador pediu alteração no nome de locais públicos que homenageiam presidentes e generais do regime militar
- 7- Submarino Riachuelo avança para a fase final
- 8- Anistia Internacional lançou relatório sobre o emprego das Forças Armadas na segurança pública
- 9- Desaparecido do regime militar é identificado a partir de ossada
- 10- Militares participaram de varredura em presídio na Baixada Fluminense

1 - Intervenção federal no estado do Rio de Janeiro I

De acordo com os periódicos *Correio Braziliense*, *Folha de S. Paulo* e *O Estado de S. Paulo*, o então ministro da Defesa, Raul Jungmann, o chefe do Gabinete de Segurança Institucional, general Sérgio Etchegoyen, e o ministro da Justiça, Torquato Jardim, elaboraram a proposta de intervenção federal no âmbito da segurança pública no estado do Rio de Janeiro, que foi aprovada pelo Senado no dia 20/02/18 por 55 votos favoráveis e 13 votos desfavoráveis. De acordo com *O Estado*, a proposta foi votada após o decreto presidencial do presidente da República, Michel Temer, portanto os parlamentares deveriam apenas dizer se eram favoráveis ou não à decisão, não podendo fazer mudanças à mesma. A proposta designou o comandante militar do Leste, general Walter Souza Braga Netto, como interventor, ao qual é atribuído o controle do sistema prisional, das polícias civis e militares, da área de inteligência e do Corpo de Bombeiros do estado do Rio de Janeiro até o dia 31/12/2018. Segundo *O Estado*, Temer se reuniu, no dia 19/02/18, com os conselhos da República e da Defesa Nacional, além dos comandantes da Marinha, Aeronáutica e Exército, do presidente da Câmara dos Deputados, Rodrigo Maia, o presidente do Senado, Eunício Oliveira, ministros de Estado e líderes da maioria e minoria no Congresso para discutir o decreto. De acordo com o *Correio*, a deputada Laura Carneiro, escolhida como relatora, questionou a ausência de informações sobre a disponibilidade de recursos financeiros e sobre a estratégia de atuação dos militares no texto editado pelo Palácio do Planalto. Ainda segundo o periódico, o presidente da

Câmara dos Deputados cobrou do governo federal a estrutura orçamentária para a manutenção da segurança pública no estado do Rio. Maia afirmou que a Câmara deve estabelecer uma comissão de fiscalização da efetividade do decreto. Os periódicos ressaltaram ainda que as Forças Armadas terão poder de policiamento durante a intervenção e que a operação pode ser requisitada por outros estados. Conforme os periódicos, os comandantes das Forças reforçaram a necessidade de delimitar a atuação do instrumento militar na operação e demonstraram preocupação com a intervenção federal. Militares do Exército ressaltaram a preocupação quanto à segurança jurídica da operação, comparando-a com a missão de pacificação executada no Haiti, sob a égide da Organização das Nações Unidas (ONU). Em entrevista ao *Estado*, o chefe de comunicação social do Comando Militar do Leste afirmou que a diferença em relação às operações de Garantia da Lei e da Ordem (GLO) consiste no fato de que o general Braga Netto, nomeado interventor, deve ser responsável por todas as decisões da área de segurança, e se reportará diretamente ao presidente da República. Anteriormente, as decisões de segurança pública eram submetidas ao governo do estado do Rio de Janeiro. Sobre o assunto, Jungmann afirmou que “apesar de haver um general que está de um lado e de outro, a Garantia de Lei e de Ordem é responsabilidade das Forças Armadas, portanto é federal. A intervenção federativa é civil e diz respeito ao estado do Rio de Janeiro”. De acordo com a *Folha*, o comandante do Exército, general Eduardo Villas Bôas, sugeriu a expedição de mandados coletivos de busca e apreensão para a atuação das Forças Armadas no Rio de Janeiro, o que autorizaria que agentes entrassem nas casas que estivessem circunscritas em um determinado perímetro, à diferença dos mandatos convencionais que devem determinar a residência específica a ser alvo da ação. Aos militares foi conferida autorização similar no contexto da missão de paz no Haiti. Ao ser questionado se o ato seria uma “carta branca” para ações exageradas das Forças, o ministro negou, afirmando que os militares não estarão exercendo ou substituindo o papel da polícia. (Correio Braziliense – Política – 17/02/18; Correio Braziliense – Brasil – 17/02/18; Correio Braziliense – Política – 18/02/18; Correio Braziliense – Política – 19/02/18; Correio Braziliense – Política – 20/02/18; Correio Braziliense – Política – 21/02/18; Correio Braziliense - Política - 22/02/18; Folha de S. Paulo – Cotidiano – 17/02/18; Folha de S. Paulo – Poder – 17/02/18; Folha de S. Paulo – Cotidiano – 20/02/18; Folha de S. Paulo – Cotidiano – 21/02/18; O Estado de S. Paulo – Notas e Informações – 17/02/18; O Estado de S. Paulo – Metrôpole – 17/02/18; Estado de S. Paulo – Metrôpole – 19/02/18; Estado de S. Paulo – Metrôpole – 20/02/18; O Estado de S. Paulo – Metrôpole - 21/02/18)

2 - Intervenção federal no estado do Rio de Janeiro II

Em colunas opinativas e editoriais debateu-se ao longo da semana a intervenção federal no estado do Rio de Janeiro, assim como a utilização das Forças Armadas em operações de segurança pública. Em texto de opinião para o periódico *Folha de S. Paulo*, o tenente-coronel do Exército, Durval Lourenço Pereira, declarou que a intervenção federal no estado do Rio é o resultado da situação grave em que a segurança pública se encontra e, defendendo a ação, ressaltou a previsão constitucional da medida. Em contrapartida, segundo Carlos Fernando dos Santos Lima, membro da força-tarefa da Lava Jato no Ministério Público Federal em Curitiba e procurador regional da República, o uso das Forças Armadas para solucionar problemas de segurança no Rio não é efetivo

e nem uma “ideia nova”, referindo-se às ações anteriores de Garantia da Lei e da Ordem (GLO) no estado que, em sua visão, não reduziram o problema de segurança pública. Segundo Renato Sérgio de Lima, diretor-presidente do Fórum Brasileiro de Segurança Pública, o decreto permite que o general Walter Souza Braga Netto, escolhido como interventor federal, e o Exército acumulem “muito poder”, sendo “temerário jogar essa responsabilidade para o Exército”. Neste sentido, de acordo com a *Folha*, a presidente do Partido dos Trabalhadores, senadora Gleisi Hoffmann, defendeu que o decreto possui um caráter político, podendo servir de instrumento para “perseguição e repressão aos movimentos sociais”. Em artigo para a *Folha de S. Paulo*, o jornalista Jânio de Freitas caracterizou a presença das Forças no estado do Rio desde o mês de julho de 2017 como um “insucesso”. O jornalista Elio Gaspari, em coluna para o mesmo jornal, reiterou a necessidade de promover reformas na representação política no estado. Gaspari sugeriu que o governo federal deveria estabelecer uma intervenção completa do governo do estado. Em artigo publicado no periódico, o jornalista Vinicius Torres Freire defendeu que, apesar de não ser preparado para ações de patrulhamento, o Exército possui experiência em ações de manutenção da paz e da ordem. Em contrapartida, Torres indicou a fala de um general não identificado em caso de fracasso da intervenção: “resta o estado de sítio, uma guerra de verdade, um fracasso da nação”. Em entrevista para a *Folha*, o coordenador do Núcleo de Estudos da Cidadania, Conflito e Violência Urbana e professor do Departamento de Sociologia da Universidade Federal do Rio de Janeiro, Michel Misse, afirmou que a intervenção federal não é suficiente para reduzir a criminalidade. Segundo o sociólogo, o Exército “não tem competência” para realizar patrulhamento ostensivo e operações de ocupação. Misse argumentou que a crise no estado do Rio de Janeiro demanda a modernização das instituições de segurança pública. O sociólogo debateu a questão também em coluna opinativa para o periódico *O Estado de S. Paulo*, na qual destacou o insucesso do projeto de pacificação de comunidades na cidade do Rio de Janeiro. De acordo com Misse, as ações em conjunto com as Forças Armadas são “um paliativo para dar satisfação em meio a um clima de insegurança”. O professor acrescentou que as operações intermitentes são “feitas sem planejamento, sem investigação, sem objetivo claro, que visam a mostrar serviço e, de um lado, aumentar pela repressão o custo de propinas pagas a policiais”. O argumento foi reiterado, na *Folha*, pelo professor da Fundação Getúlio Vargas (FGV), Rafael Alcadipani, para o qual a intervenção não demonstrou qualquer planejamento prévio, podendo deixar as Forças Armadas em uma situação embaraçosa. Para Alcadipani, esta ação tem caráter “populista em Segurança Pública”. Colunista do mesmo periódico e fundadora da ONG Meu Rio, Alessandra Orofino, ressaltou que os crimes cometidos por militares serão julgados na Justiça Militar e afirmou que “esses meninos [soldados] vão morrer. Mas também terão licença para matar”. Em seu editorial, o jornal *Folha de S. Paulo*, posicionou-se afirmando ser imprudente a exposição das Forças Armadas ao narcotráfico, além de experiências antigas mostrarem que os efeitos destas ações militares são efêmeros. Outro editorial do periódico, assinado por Bruno Boghossian, comentou a medida de expedição de mandados coletivos de busca e apreensão para a atuação das Forças Armadas no Rio de Janeiro. Boghossian afirma que o argumento do governo acerca da necessidade de mandados abrangentes para a captura de criminosos é razoável, porém seu resultado é a “a transformação de bairros inteiros – favelas, entenda-se – em

territórios policiais em que estará suspenso um direito fundamental dos moradores”. Sobre a temática, segundo a *Folha*, a professora de direito da FGV de São Paulo, Eloisa Machado, afirmou que a intervenção federal não altera a garantia dos direitos e, portanto, não há “justa causa” para que a expedição de mandados coletivos, pois “a Lei obriga a fundamentação do pedido, não [se] pode colocar como suspeita uma comunidade inteira”. Em coluna para o *Correio Braziliense*, o jornalista Luiz Carlos Azedo corroborou a afirmação de que o emprego das Forças Armadas no combate ao tráfico de entorpecentes e no patrulhamento ostensivo não apresentam resultados satisfatórios. Azedo destacou que a crise de segurança pública no estado demanda um “esforço de longo prazo e uma mudança de liderança política”. Em artigo para o periódico, o professor de sociologia da Universidade de Brasília, Artur Trindade Costa, afirmou que o general Braga Netto, designado como interventor federal no estado, adquiriu mais poder que outras autoridades de segurança no país, ao comandar diretamente um contingente de mais de 100 mil homens, entre militares das Forças Armadas e integrantes das forças de segurança pública do estado do Rio de Janeiro. Por sua vez, a editora-chefe do *Correio*, Ana Dubeux, argumentou que é preciso promover discussões sobre as causas da violência e evitar utilizar o instrumento de exceção como mais um paliativo para a situação identificada no Rio de Janeiro. Um editorial do mesmo periódico corroborou a ideia de que são necessárias ações efetivas “sem espetáculos pirotécnicos, que respeitem a democracia e os direitos humanos”. Em entrevista para o jornal *Correio*, o ministro da Justiça, Torquato Jardim, afirmou que o caso do Rio de Janeiro é uma guerra assimétrica, na qual “não se sabe que arma virá, não se sabe quantos virão. O seu inimigo não tem linha de comando longamente estabelecida. Não tem um centro nevrálgico para atacar. Pior, no caso do narcotráfico e do crime organizado, está também nas fronteiras com outros países”. Em entrevista a *O Estado*, o diretor do Centro de Estudos da Violência da Universidade de Cambridge, Manuel Eisner, afirmou que a intervenção das Forças Armadas pode contribuir para a deterioração da condição de segurança pública no estado do Rio de Janeiro. Segundo Eisner, “o problema do Rio exige uma estratégia de longo prazo focada no fortalecimento das polícias assim como na aplicação de estratégias efetivas de saúde, educação e planejamento urbano”. Em coluna opinativa para o mesmo periódico, o jornalista Celso Ming afirmou que a ausência de planejamento pode implicar obstáculos ao desdobramento da intervenção aprovada pelo governo federal. Ming argumentou que a iniciativa no estado do Rio de Janeiro pode ser precedente para ações similares em outros estados como o Rio Grande do Norte. Em entrevista para *O Estado*, o Ministro do Supremo Tribunal Federal (STF), Marco Aurélio Mello, afirmou que teme o desgaste da imagem da Forças Armadas e que o “Exército não existe para nos proporcionar segurança pública e interna. Existe para nos defender de uma agressão externa, por exemplo”. Leonardo Cavalcanti, por sua vez, em coluna para *O Estado*, afirmou que a morte de ambos os lados é uma certeza. Segundo Cavalcanti, “os generais sabem que a tropa não está preparada para trocar tiros com traficantes” e buscam “mais salvaguardas jurídicas para futuros processos”. (*Correio Braziliense* – Política – 17/02/18; *Correio Braziliense* – Brasil – 17/02/18; *Correio Braziliense* – Brasil – 17/02/18; *Correio Braziliense* – Opinião – 18/02/18; *Correio Braziliense* – Política – 18/02/18; *Correio Braziliense* – Política – 19/02/18; *Correio Braziliense* – Política – 20/02/18 *Folha de S. Paulo* – Opinião – 17/02/18; *Folha de S. Paulo* – Cotidiano

– 18/02/18; Folha de S. Paulo – Mercado – 18/02/18; Folha de S. Paulo – Poder – 18/02/18; Folha de S. Paulo – Opinião – 19/02/18; Folha de S. Paulo – Cotidiano – 19/02/18; Folha de S. Paulo – Editorial – 20/02/18; O Estado de S. Paulo – Notas e Informações – 17/02/18; O Estado de S. Paulo – Metrópole – 18/02/18; O Estado de S. Paulo – Economia – 19/02/18; O Estado de S. Paulo – Metrópole – 20/02/18)

3- Editorial comentou pedido de desarquivamento de caso ocorrido durante o regime militar

De acordo com editorial do periódico *Folha de S. Paulo*, o pedido da procuradora-geral da República, Raquel Dodge, de desarquivamento do caso referente à morte sob tortura do deputado Rubens Paiva durante o regime militar (1964-1985) pode levar a uma nova discussão sobre a Lei da Anistia (1979) pelo Supremo Tribunal Federal (STF). Dodge requisitou que o STF reabra o processo contra cinco militares acusados pela morte e tortura do deputado em instalações do Exército, no ano de 1971. De acordo com o periódico, a justiça federal do estado do Rio de Janeiro aceitou a denúncia do Ministério Público, no entanto, o ministro do STF, Teori Zavascki, concedeu uma liminar que suspendeu o processo. De acordo com a *Folha*, o caso foi arquivado sem discussão sobre seu mérito. De acordo com o periódico, “a impunidade dos crimes praticados em nome do Estado na ditadura é dolorosa para as vítimas e suas famílias – e a resistência das Forças Armadas em assumir responsabilidade pelas violações e contribuir para seu esclarecimento é fonte perene de inconformismo”. Contudo, o editorial acrescentou que é preciso respeitar a Lei da Anistia, visto que foi um pacto decisivo “para que o país virasse uma de suas páginas mais sombrias”. (Folha de S. Paulo – 18/02/18 – Opinião)

4- Flexibilização do Estatuto de Armamento pode beneficiar fabricante de armas

Segundo o periódico *Correio Braziliense*, diante da intervenção federal na segurança pública do estado do Rio de Janeiro é possível que grupos políticos que defendem a flexibilização do Estatuto do Desarmamento no Congresso Nacional ganhem apoio. O jornal afirmou que empresas de armas e munições podem se beneficiar desta possível mudança na legislação, dando destaque à fabricante brasileira Taurus. O *Correio* destacou, porém, que a empresa passa por dificuldades diante das falhas em seus produtos, o que levou o Exército a suspender as aquisições da marca. Ademais, o jornal indicou que, em 2016, dois executivos da empresa foram denunciados pelo Ministério Público Federal do Rio Grande do Sul por negociar com um traficante internacional de armas. (Correio Braziliense – Economia – 19/02/18)

5- Afastamento de transexuais das Forças Armadas

De acordo com o periódico *Folha de S. Paulo*, o Ministério Público Federal do Rio de Janeiro recomendou que as Forças Armadas “revejam sua postura em relação a militares transexuais”. Segundo o jornal, militares que realizam a mudança de sexo são reformados, “mesmo quando são de quadros em que só se permite homens (...) não é dada a chance de transferência”, diz Renato Machado, da Procuradoria Federal dos Direitos do Cidadão. Conforme a *Folha*, a Defensoria Pública da União entrou com uma ação para impedir que as Forças Armadas afastem transexuais da carreira militar. O Exército, Marinha e a Força Aérea afirmaram que são contrários a atitudes preconceituosas ou de

intolerância e que estabelecem um "tratamento igualitário". (Folha de S. Paulo – Poder – 19/02/18)

6- Procurador pediu alteração no nome de locais públicos que homenageiam presidentes e generais do regime militar

De acordo com o periódico *Folha de S. Paulo*, o procurador da República Edmundo Antonio Dias Netto Junior ajuizou uma ação para alterar nomes de duas avenidas e uma rua que homenageiam presidentes e generais do regime militar (1964-1985). Segundo o jornal, a ação visa cumprir a recomendação número 28 da Comissão Nacional da Verdade (CNV), na qual a União deve alterar a denominação de vias e locais públicos "que se refiram a agentes públicos ou a particulares que notoriamente tenham tido comprometimento com a prática de graves violações". As vias que ficam no Parque de Material Aeronáutico de Lagoa Santa recebem os nomes dos presidentes Castelo Branco, Costa e Silva e Emílio Médici. Conforme a *Folha*, o procurador afirmou que a alteração demonstraria "o reconhecimento e a reprovação, pelo Estado, das violações perpetradas durante o período autoritário". O Comando da Aeronáutica informou ao jornal que o Parque de Material Aeronáutico foi notificado sobre a ação civil pública e que analisa o caso, permanecendo à disposição da Justiça e do Ministério Público Federal. (Folha de S. Paulo – Poder – 19/02/18)

7- Submarino Riachuelo avança para a fase final

De acordo com o periódico *O Estado de S. Paulo*, o presidente da República, Michel Temer, o governador do estado do Rio de Janeiro, Luiz Fernando Pezão, o ministro da Fazenda, Henrique Meirelles e o ministro da Defesa, Raul Jungmann, estiveram presentes na cerimônia do Submarino Riachuelo em Itaguaí, no Rio. Sendo parte do Programa de Desenvolvimento de Submarinos (Prosub), criado em 2008, o submarino segue para a fase final de sua construção. O término está previsto para o segundo semestre de 2018. (O Estado de S. Paulo – Política – 21/02/18)

8- Anistia Internacional lançou relatório sobre o emprego das Forças Armadas na segurança pública

De acordo com periódico *O Estado de S. Paulo*, a organização não-governamental Anistia Internacional, por meio de um relatório de segurança pública, concluiu que a atuação das Forças Armadas na segurança pública das grandes cidades não tem atenuado os indicadores de violência. Nesse sentido, a diretora da Anistia no Brasil afirmou considerar a intervenção no Rio de Janeiro uma "medida inadequada e extrema que coloca em risco os direitos humanos da população". (O Estado de S. Paulo - Metrôpole - 22/02/18)

9- Desaparecido do regime militar é identificado a partir de ossada

De acordo com o jornal *Folha de S. Paulo*, uma ossada encontrada no Cemitério de Peruš, na cidade de São Paulo, na década de 1990, foi analisada por um laboratório na Bósnia e Herzegovina. Segundo o periódico, a Comissão Especial Sobre Mortos e Desaparecidos Políticos recebeu um laudo que identificou os ossos como resquícios de um desaparecido do regime militar (1964-1985), porém o nome da pessoa ainda não foi revelado. (Folha de S. Paulo – Poder – 20/02/18)

10- Militares participaram de varredura em presídio na Baixada Fluminense

De acordo com os periódicos *Folha de S. Paulo* e *O Estado de S. Paulo*, as Forças Armadas participaram de uma varredura no presídio Milton Dias Moreira, na Baixada Fluminense, no Rio de Janeiro, em ação conjunta com os agentes da Secretaria da Administração Penitenciária. O presídio havia passado por uma rebelião na semana anterior à intervenção militar. De acordo com *O Estado*, a operação foi iniciada por volta das 8h30 da manhã do dia 21/02/18 e foram apreendidos “48 celulares, 205 invólucros de pó branco com característica de cocaína, 151 invólucros de erva seca picada e 3 tabletes pequenos de erva seca com característica de maconha”. Em nota, a Secretaria da Administração Penitenciária afirmou que “as Forças Armadas cooperarão por meio do emprego de cães farejadores e de especialistas em detecção de metais. Agentes da Seap farão vasculhamento e varredura tátil”. (*Folha de S. Paulo* - Cotidiano - 22/02/18; *O Estado de S. Paulo* - Metrópole - 22/02/18)

SITES DE REFERÊNCIA

Correio Braziliense – www.correioweb.com.br

Folha de S. Paulo – www.folhaonline.com.br

O Estado de S. Paulo – www.estadao.com.br

*Informamos que as colunas opinativas da *Folha de S. Paulo* e o conteúdo na íntegra do *Correio Braziliense* e *O Estado de S. Paulo* não são disponíveis gratuitamente na versão online. No entanto, aqueles que tiverem interesse em receber as notícias destes jornais utilizadas na produção do Informe Brasil, podem solicitá-las a gedes@franca.unesp.br

Equipe:

Bruce Scheidl Campos (Supervisor, mestrando em Relações Internacionais, bolsista CAPES); David Succi Júnior (Supervisor, doutorando em Relações Internacionais, bolsista CNPq); Gabriela Fideles Silva (Redatora, graduanda em Relações Internacionais); Giulia Botossi Gomes (Supervisora, graduada em Relações Internacionais); Gustavo Henrique Gonçalves Ferreira (Redator, graduando em Relações Internacionais); Heed Mariano Silva Pereira (Supervisora, graduada em Relações Internacionais); Juliana de Paula Bigatão (Supervisora, doutora em Relações Internacionais); Laura Meneghim Donadelli (Supervisora, doutoranda em Relações Internacionais); Leonardo Dias de Paula (Supervisor, mestrando em Relações Internacionais, bolsista CAPES); Leonardo Molina Ferreto (Redator, graduando em Relações Internacionais); Matheus Bittencourt de Amorim (Redator, graduando em Relações Internacionais); Natália Rodrigues Germano (Redatora, graduanda em Relações Internacionais, bolsista PIBIC); Rafaela Schuindt Santos (Redatora, graduanda em Relações Internacionais).